



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

## ATA DE REUNIÃO

### ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

Ao sexto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h18min, encontrou-se o Colégio de Dirigentes em reunião virtual presidida pelo Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, prof. Marcel Ribeiro. **Fizeram-se presentes:** Alan Vinícius de Araújo, Alex Jussileno Viana, Ana Cláudia Uchoa, Antônio Moisés Filho, Clemilton da Silva, Danilo Reis, Érica de Lima Gallindo, Fausto Faustino da Silva, Francisca Livia Costa, Francisco Antônio Barbosa Vidal, Francisco Evandro de Melo, Francisco Sildemberny Sousa, Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gilson Soares Cordeiro, Hobson Almeida, Izamaro de Araújo, João Vicente Mendes Santana, Joaquim Rufino Neto, Jacy Brasil, Joélia Marques de Carvalho, José Alves de Oliveira Neto, Kélvio Felipe dos Santos, Leonardo Freitas Galvão, Lourival Soares, Maria Michelle Colaço, Marcus Vinícius Pinheiro Lopes, Mário Wedney de Lima, Raimundo Eudes de Souza Bandeira, Rivelino Alexandre de Sousa, Robson da Silva Siqueira, Rossana Barros Silveira, Thales dos Santos e Wilton Bezerra. *O presidente* substituto agradeceu a presença de todos e explicou que o reitor, prof. José Wally Mendonça Menezes, lhe pediu que conduzisse a reunião devido a outro compromisso e às pautas serem do âmbito da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Pauta 1:** Aprovação da minuta da ata da 100ª reunião ordinária. O presidente pediu manifestação acerca da ata da 100ª reunião ordinária, mas foi aprovada sem alterações. **Pauta 2:** Esclarecimento de dúvidas sobre o termo de acordo para compensação de horas não trabalhadas. O presidente falou sobre termo de acordo redigido após o encerramento da greve de servidores, cuja base foi a Instrução Normativa Nº 54, disse que os *campi* devem seguir os procedimentos constantes de ofício-circular enviado (exposto durante a reunião), ressaltou que a chefia deve acompanhar a execução do termo e esclareceu os prazos para cumprimento do acordo, ressaltando que eventuais descontos devem ser realizados após o período dado para reposição da carga horária. Prof. Robson Siqueira pediu elucidação sobre o acordo ter sido celebrado pelo Ministério da Economia – ME ou pelo Instituto Federal do Ceará – IFCE. O presidente disse que a celebração foi feita pelo IFCE, mas o ME tinha de autorizá-la, e complementou destacando que a reposição de aulas deveria iniciar imediatamente para evitar problemas aos calendários acadêmicos. Sr. Clemilton perguntou sobre o procedimento por tomar caso a reposição não se efetive até o final do semestre, pontuando os problemas de acompanhamento das inclusões e exclusões, no sistema, de aulas ministradas desde a flexibilização ocorrida por ocasião da pandemia, e mencionou caso concreto de alegação de reposição sem apresentação de plano. Prof. Fausto Faustino ponderou que há previsão contratual carga horária, devendo, portanto, ser cumprida, e considerou que deve haver planejamento para reposição em horário extra, com o aval da chefia. O presidente disse que deve ser apresentado plano com as informações referentes à reposição, reconheceu que o sistema tem fragilidades, comprometeu-se a pensar alternativas, com o auxílio da Pró-Reitoria de Ensino – Proen. Prof. Fausto Faustino compartilhou caso em que servidor alegou motivo de saúde para faltas. O presidente disse que, se a razão tiver sido essa, o servidor deverá apresentar atestado médico e observar os procedimentos previstos na legislação, mas, se as faltas decorrerem da greve, avaliou ser mais prudente regularizar a carga horária conforme o acordo, reforçando a necessidade de apresentar plano à chefia. Prof. Robson Siqueira disse que se deve conscientizar os servidores sobre submeter plano à anuência da chefia antes de iniciar a reposição e perguntou como serão repostas as horas destinadas às outras atividades docentes que não sejam aulas. O presidente disse que a reposição das horas correspondentes a outras atividades também devem ser acompanhadas pela chefia e considerou que o PIT poderia ser um meio de comprovação do cumprimento de proposta apresentada por servidor, à qual se pode pedir a anexação do RIT, que igualmente precisa de aval. Prof. Moisés, considerando o pouco tempo restante para o fim do prazo, refletiu sobre a complementação, no semestre seguinte, de conteúdo que eventualmente não seja terminado e comentou o funcionamento de descontos instituído em outros momentos da instituição. Prof. Francisco Vidal sugeriu que o Departamento de Correição – DCOR se dedicasse mais intensamente a um trabalho educativo, em vez de predominantemente punitivo. Prof. Rufino disse que, a seu ver, a saída seria anexar o plano de reposição ao PIT e ao RIT. **Pauta 3:** Ofício-circular sobre levantamento de demanda por códigos de vaga

para docentes. O presidente fez histórico de ações passadas referentes ao tema, informou que, segundo levantamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec, há mais de três mil códigos de vaga desocupados, mas, no IFCE, existem poucos deles para docentes, lembrou resolução tratando o assunto e afirmou que ela deve ser cumprida, falou sobre o ofício-circular enviado, que solicita preenchimento, em planilha, com informações necessárias para a recomposição e equilíbrio da força de trabalho entre os *campi*, prevenindo que talvez nem todos os casos sejam atendidos momentaneamente, explanou as etapas e agradeceu ao prof. Robson Siqueira e ao sr. Samir pela ajuda no tocante a remoções. Prof. Robson Siqueira considerou o trabalho importante para a evitamento de concentração de carga horária. O presidente falou sobre espécie de mapeamento das remoções, mas disse que depois levaria a uma discussão aprofundada. Prof. Rufino entendeu ser necessário encontrar meios para tornar a situação mais paritária entre os professores. Prof. Sildemberny comentou a remoção de dois servidores do *campus* sob sua gerência. O presidente disse que a prioridade é sanar deficiências das unidades mais prejudicadas por remoção de professores por motivo de saúde e reequilibrar a carga horária. Prof. Izamaro perguntou, no *chat*, se há como conseguir a lista de códigos de vagas vigentes no *campus*. O presidente disse que há, mas advertiu que as informações mostram situação de junho e o sistema estará volúvel devido ao número de remoções sendo realizadas. Prof. Eudes perguntou se o *campus* Mombaça precisa preencher a planilha, tendo em vista o atual quadro de docentes, e se há previsão de remoção de TAEs. O presidente respondeu que entende ser melhor esperar momento de ampliação da quantidade, uma vez que chegarão dez professores a esse *campus* e que há previsão de remoção de TAEs provavelmente em agosto, mas com metodologia diferente e com menos vagas. Sr. Clemilton quis saber onde se conseguiram os dados de cursos. O presidente informou que da tabela usada pela comissão dos percentuais legais, mas podem ser feitas alterações, e complementou dizendo que a atualização de quadro de professores deve observar a Resolução N° 60, do Instituto Federal do Ceará. **Pauta 4:** Liberação de servidores aprovados em remoção e com substituto já em exercício no *campus*: O presidente iniciou informando que há pretensão, como teste, de, após a posse por ocorrer no dia 19 de julho, remover todos os servidores de lista simultaneamente, mediante portaria única. Prof.a Maria Michele considerou importante haver sensibilidade pelos servidores e facilitação do processo entre os *campi* e expressou dúvida quanto à permanência de dados na tabela em casos, por exemplo, de servidores removidos por motivo de saúde. O presidente disse que se deve avaliar o número da portaria e quando ocorreu a remoção, esclarecendo que a sequência de remoções não pode ser impactada pelas motivadas por saúde. Prof. Lourival Soares perguntou sobre os casos de afastamento para doutorado e sobre cargos extintos. O presidente respondeu que há casos que precisam de melhor avaliação e busca de solução, porque devem ser considerados aspectos como o orçamento, mas disse que os cargos extintos ainda vão permanecer e se devem observar as formas possíveis de alcançá-los. **Pauta 5:** Informes do colegiado. O presidente falou que será enviado ofício sobre intérpretes de Libras, ressaltando que a prioridade são os *campi* já com alunos e professores que deles precisem. Em seguida, explicou que cada posto equivale a um intérprete com carga horária de vinte horas, diferentemente do início, em que um posto corresponderia a dois intérpretes. Prof. Francisco Evandro perguntou quem fiscalizará o contrato. O presidente disse que a equipe se concentrará na reitoria e considerou mais coerente o fiscal ser coordenador do Napne. Sr.a Érica Gallindo pediu que as solicitações de função de coordenação de curso fossem enviadas até dia 7 de julho, mas as especializações não seriam contempladas no momento. O presidente informou o colegiado do recebimento de ofício sobre decisão liminar sobre ação impetrada por sindicato contra a Instrução Normativa N° 90, mas esclareceu que o parecer de força executória vale somente a esse sindicato e às instituições a ele vinculadas, não valendo para o IFCE. Prof. Francisco Valmir perguntou se o Sinasefe fez algo similar, e o presidente disse que não saberia informar.

**MARCEL RIBEIRO MENDONÇA**

Presidente do Coldir em exercício

**RICARDO CASTELO BRANCO ANDRADE E SILVA**

Secretário Substituto dos Conselhos Superiores